

6 — Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7 — Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira do Banco Português de Gestão, SA em 31 de dezembro de 2012, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

8 — É também nossa opinião que a informação financeira constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

26 de março de 2013. — PricewaterhouseCoopers & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, L.d.a. representada por *António Alberto Henriques Assis*, R.O.C.

30 de abril de 2013. — O Administrador, *Emanuel Marques dos Santos*.

306981418

FUNDAÇÃO BIENAL DE ARTE DE CERVEIRA

Relatório (extrato) n.º 13/2013

Relatório e contas 2012

Situação económico-financeira

O exercício de 2012 encerrou com um resultado positivo de 81 mil €. As vendas e prestações de serviços em 2012 totalizaram, 508,78 € e 6.807,28 € respetivamente.

Natureza — Vendas e prestações de serviços	Valor (euros)	%
Vendas — Loja	508,78	7,00
Prestação de serviços — Bilheteira Museu	675,00	9,20
Prestação de serviços — Incubadora . . .	2.704,15	37,00
Prestação de serviços — Casa do Artista	3.428,13	46,80
<i>Total</i>	<i>7.316,06</i>	<i>100</i>

Os subsídios à exploração representaram 86,8 % do total dos rendimentos, tendo contribuído para tal, os subsídios atribuídos pelo Município de Vila Nova de Cerveira, o cofinanciamento FEDER do (ON.2), com taxa de comparticipação de 70 % das candidaturas “Bial 2011 — Redes” e “Incubadora”, bem como a confirmação do aumento da taxa de cofinanciamento da candidatura “Bial 2011 — Redes”, que passou de 70 % para 85 %; O Mecenato/apoios totalizaram 5.192,89 €, designadamente, a Caixa de Crédito Agrícola (5.000 €) e a Adriano Ramos Pinto (192,89 €).

Natureza — Subsídios à exploração	Valor (euros)	%
Município de VN Cerveira	135.000,00	36,80
IFDR, IP (projeto Bial Redes — 70 %)	32.015,69	8,70
IFDR, IP (projeto Incubadora — 70 %)	93.319,04	25,40
Mecenato/Apoios	5.192,89	1,40
Aumento da taxa cofinanciamento (Projeto Bial Redes — 70 % para 85 %)	101.425,99	27,70
<i>Total</i>	<i>366.953,61</i>	<i>100,00</i>

Por outro lado, temos os juros de aplicações financeiras do capital fundacional, que se situou nos 5.903,79 €.

Finalmente temos os outros rendimentos e ganhos, que refletem o montante dos descontos obtidos e a imputação do subsídio referente ao cofinanciamento do ON.2, relativo à aquisição dos Ativos fixos, tendo em conta as depreciações de 2012.

No agregado dos gastos, as rubricas de Fornecimentos e serviços externos e Gastos com pessoal são aos mais relevantes com aproximadamente 37,9 % e 40,1 % do total, respetivamente. Os Gastos de depreciação e amortização situaram-se nos 66.787,16 €, representando 19,6 % do total dos gastos. O Custo das mercadorias vendidas, os Outros gastos e perdas, e os Juros e gastos similares têm um valor residual no Total dos mesmos.

Os Fornecimentos e Serviços Externos (37,9 %) dos Gastos, integram as seguintes rubricas:

Natureza — FSE	Valor (euros)	%
Trabalhos Especializados	69.711,06	53,90
Publicidade e propaganda	22.721,79	17,60
Honorários	17.035,50	13,20
Conservação e reparação	1.367,35	1,10
Serviços bancários	3.299,42	2,60
Ferramentas e utensílios	990,76	0,80
Material de escritório	513,13	0,40
Eletricidade	– 1.275,33	– 1,00
Combustíveis	4.522,51	3,50
Deslocações e estadas	983,84	0,80
Outros	1.370,83	1,10
Comunicações	5.326,25	4,10
Seguros	1.538,55	1,20
Contencioso e notariado	133,00	0,10
Despesas de representação	56,80	0,00
Limpeza, higiene e conforto	661,36	0,50
Outros serviços	320,09	0,20
<i>Total</i>	<i>129.276,91</i>	<i>100</i>

Os FSE distribuem-se por 6 centros de custo da seguinte forma:

Centro de custo	Valor (euros)	%
Fundação Bial da Cerveira	18.474,25	14,30
16.ª Bial de Cerveira	47.184,97	36,50
Incubadora de Indústrias Criativas	52.143,38	40,30
Casa do Artista	1.218,48	0,90
Museu Bial	5.150,59	4,00
17.ª Bial de Cerveira	5.105,24	4,00
<i>Total</i>	<i>129.276,91</i>	<i>100</i>

A Fundação engloba todos os gastos que não são imputados diretamente a nenhum dos centros de custo seguintes, onde podemos salientar o gasto com trabalhos especializados (3.695 €), honorários (1.968 €), conservação e reparação (1.154 €), serviços bancários (2.909 €), ferramentas e utensílios (559 €), material de escritório (513 €), seguros (1.141 €), de combustíveis (4.345 €) e comunicações (809 €).

No centro de custo, 16.ª Bial de Cerveira tivemos gastos em trabalhos especializados (24.128 €), publicidade e propaganda (6.226 €), honorários (15.068 €), seguros (315 €) e comunicações (1.004 €).

No centro de custo, Incubadora de Indústrias Criativas tivemos gastos em trabalhos especializados (31.704 €), publicidade e propaganda (16.496 €) e comunicações (3.514 €).

No centro de custo, Casa do artista tivemos gastos em ferramentas e utensílios (432 €), gás (177 €), conservação e reparação (213 €) e limpeza (396 €).

No centro de custo, Museu tivemos os gastos com a exposição “A Máquina do Tempo”, gastos esses em trabalhos especializados (5.151 €).

Por último, o centro de custo, 17.ª Bial de Cerveira engloba os primeiros gastos com atividades de preparação.

No que se refere aos Gastos com Pessoal, traduzem os custos associados à equipa da Fundação, nomeadamente o Administrador Delegado, 2 técnicos superiores e 1 administrativo, 1 auxiliar, 1 técnico de manutenção e 1 guarda.

Natureza — Gastos com pessoal	Valor (euros)	%
Comparticipação FEDER	75.806,32	55,30
Comparticipação Própria	61.242,88	44,70
<i>Total</i>	<i>137.049,20</i>	<i>100</i>

Em matéria de gastos, temos ainda as depreciações dos ativos fixos que se situaram nos 66.787,16 €, os outros gastos e perdas e os juros e gastos similares suportados que totalizaram, 4.183,89 € e 3.747,76 € respetivamente.

Na rubrica Fundos Patrimoniais estão refletidos os 260.000,00 € em meios financeiros líquidos, assim como as obras de arte doadas inicialmente à Fundação no valor de 1.055.950,90 €, estas estão evidenciadas no Balanço, de acordo com uma avaliação realizada por uma entidade credenciada. As outras variações no património refletem as doações e a comparticipação por parte do ON.2 dos ativos fixos, deduzida da correspondente depreciação do exercício, perfazendo em 31 de dezembro de 2012, 36.244,10 €. Esta dedução está refletida na Demonstração de Resultados em Outros rendimentos e ganhos, respeitando o princípio

da especialização dos exercícios. Nos Resultados Transitados está evidenciado o resultado líquido dos anos de 2010 e 2011.

O Passivo comporta os Financiamentos obtidos não correntes (11.923,96 €) e correntes (26.670,60 €), as dívidas a fornecedores no valor de 9.346,18 €, ao Estado de 3.715,08 €, referente aos impostos (CGA, TSU e IRS) a pagar em janeiro. Nas Outras contas a pagar, incluem-se as dívidas a fornecedores de investimentos (48.672,97 €), a dívida ao IFDR referente aos adiantamentos recebidos (28.349,72) e de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, contabilizamos as estimativas de férias e subsídio de férias (cerca de 12 mil euros).

No Ativo, o montante afetado a ativos fixos diz respeito:

Aos Bens do Património histórico e cultural:

	Doador	Valor (euros)
Doações	Município de Vila Nova de Cerveira	776.450,90
	Projeto — Núcleo de Desenvolvimento Cultural	172.500,00
	Daniel Isidoro Unipessoal, L. ^{da}	32.000,00
	Henrique Silva, Pintor	45.000,00
	José Rodrigues, Escultor	30.000,00
Aquisições 16.ª Bienal de Cerveira		15.209,78
<i>Total obras de arte</i>		1.071.160,68

Os equipamentos de transporte e os equipamentos administrativos, que já deduzidos das depreciações e amortizações, totalizam 20.447,06 €, 32.708,72 €, respetivamente.

Em Estado e outros entes públicos temos as retenções de IRC efetuadas nos juros de depósitos a prazo (1.549,51 €) e a rubrica Outras contas a receber reflete os juros e os subsídios a receber, que de acordo com o princípio da especialização, somam 561,46 € e 216.046,11 €, respetivamente e outros devedores diversos que se situaram nos 1.000,00 €.

Os depósitos bancários e caixa tiveram a expressão financeira dos meios financeiros líquidos, 202.097,61 €.

Proposta de aplicação de resultados

O Conselho de Administração decidiu que o Resultado Líquido do Exercício de 2012 seja aplicado da seguinte forma:

Resultados transitados — 81.412,99 €.

Agradecimentos

O Conselho de Administração agradece a todas as Pessoas e Entidades que colaboraram e participaram nas atividades realizadas e contribuíram para os resultados alcançados em 2012.

28 de março de 2013. — O Presidente do Conselho de Administração, *José Manuel Vaz Carpinteira*. — Os Administradores: *Silvestre Bernardo Vieira da Luz Pestana* — *Avelino Meira do Poço*.

Balanço em 31 de dezembro de 2012

Rubricas	Notas	UM: EURO	
		Data	
		31-Dez-12	31-Dez-11
Ativo			
Ativo não corrente			
Bens do património histórico e cultural	7	1.071.160,68	1.069.960,68
Outros ativos fixos tangíveis	7	53.155,78	35.353,66
Ativos intangíveis	6	8.354,27	3.093,94
		1.132.670,73	1.108.408,28
Ativo Corrente			
Inventários	8	1.559,30	1.919,79
Clientes	9	432,48	12370,41
Estado e outros entes públicos	13	1.549,51	1.615,60
Outras contas a receber	9	217.607,57	234.273,53
Diferimentos	10	1.030,01	940,53
Caixa e depósitos bancários	4; 9	202.097,61	201.304,78
		424.276,48	452.424,64
<i>Total do ativo</i>		1.556.947,21	1.560.832,92

UM: EURO

Rubricas	Notas	Data	
		31-Dez-12	31-Dez-11
Fundos patrimoniais e passivo			
Fundos Patrimoniais			
Fundos — financeiros	11	260.000,00	260.000,00
Fundos — bens do património histórico e cultural	11	1.055.950,90	1.055.950,90
Resultados transitados	11	– 17.479,02	29.460,25
Outras Variações nos fundos patrimoniais	11	36.244,10	13.104,87
		<u>1.334.715,98</u>	<u>1.358.516,02</u>
Resultado líquido do período	11	81.412,99	– 46.939,27
<i>Total dos fundos patrimoniais</i>		<u>1.416.128,97</u>	<u>1.311.576,75</u>
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	12	11.923,96	18.090,99
		<u>11.923,96</u>	<u>18.090,99</u>
Passivo corrente			
Fornecedores	12	9.346,18	94.251,40
Estado e outros entes públicos	13	3.715,08	5.835,10
Financiamentos obtidos	12	26.670,60	113.925,46
Outras contas a pagar	12	89.162,42	17.153,22
		<u>128.894,28</u>	<u>231.165,18</u>
<i>Total do passivo</i>		<u>140.818,24</u>	<u>249.256,17</u>
<i>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</i>		<u>1.556.947,21</u>	<u>1.560.832,92</u>

Demonstração dos resultados por naturezas**Período findo em 31 de dezembro de 2012**

UM: EURO

Rendimentos e gastos	Notas	Período	
		2012	2011
Vendas e serviços prestados	14	7.316,06	50.095,59
Subsídios, doações e legados à exploração	15	366.953,61	737.532,97
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	16	– 426,14	– 1194,21
Fornecimentos e serviços externos	17	– 129.276,91	– 685.169,49
Gastos com o pessoal	18	– 137.049,20	– 148.856,32
Outros rendimentos e ganhos	19	42.710,59	4.311,87
Outros gastos e perdas	20	– 4.183,89	– 2.071,18
<i>Resultado antes depreciações, gastos financiamento e impostos</i>		<u>146.044,12</u>	<u>– 45.350,77</u>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	21	– 66.787,16	– 7.637,09
<i>Resultado operacional (antes de financiamento e Impostos)</i>		<u>79.256,96</u>	<u>– 52.987,86</u>
Juros e rendimentos similares obtidos	22	5.903,79	7.787,94
Juros e gastos similares suportados	23	– 3.747,76	– 1.739,35
<i>Resultado antes de impostos</i>		<u>81.412,99</u>	<u>– 46.939,27</u>
Imposto sobre o rendimento do período			
<i>Resultado líquido do período</i>		<u>81.412,99</u>	<u>– 46.939,27</u>

Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais no período de 2011

UM: EURO

Descrição	Notas	Património atribuído aos detentores de património da empresa-mãe				
		Fundos patrimoniais realizados	Resultados transitados	Outras variações no património	Resultado líquido do período	Total do património
Posição no início do período 2011	6 11	1.315.950,90	0	8.699,52	29.460,25	1.354.110,67
Alterações no período						
Aplicação do resultado líquido de 2010	11		29.460,25		(29.460,25)	0
Outras variações no património	11			4.405,35		4.405,35
	7	0	29.460,25	4.405,35	- 29.460,25	4.405,35
Resultado líquido do período	8 11				- 46.939,27	- 46.939,27
Resultado extensivo	9=7+8				- 76.399,52	- 42.339,92
Operações com detentores dos fundos patrimoniais no período	10	0	0	0	0	0
Posição no fim do período 2011	11=6+7+8+10	1.315.950,90	29.460,25	13.104,87	- 46.939,27	1.311.576,75

Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais no período de 2012

UM: EURO

Descrição	Notas	Património atribuído aos detentores de património da empresa-mãe				
		Fundos patrimoniais realizados	Resultados transitados	Outras variações no património	Resultado líquido do período	Total do património
Posição no início do período 2012	6 11	1.315.950,90	29.460,25	13.104,87	- 46.939,27	1.311.576,75
Alterações no período						
Aplicação do resultado líquido de 2011	11		- 46.939,27		46.939,27	0
Outras variações no património	11			23.139,23		23.139,23
	7	0	- 46.939,27	23.139,23	46.939,27	23.139,23
Resultado líquido do período	8 11				81.412,99	81.412,99
Resultado extensivo	9=7+8				81.412,99	104.552,22
Operações com detentores dos fundos patrimoniais no período	10	0	0	0	0	0
Posição no fim do período 2012	11=6+7+8+10	1.315.950,90	- 17.479,02	36.244,10	81.412,99	1.416.128,97

Demonstração de fluxos de caixa

Período findo em 31 de dezembro de 2012

UM: EURO

Rubricas	Notas	2012	2011
Fluxos de caixa das atividades operacionais — método direto			
Recebimentos de clientes e utentes		145.921,95	216.454,50
Pagamentos a fornecedores		- 209.675,26	- 559.038,20
Pagamentos ao pessoal		- 93.442,43	- 102.981,12
Caixa gerada pelas operações		- 157.195,74	- 445.564,82
Outros recebimentos/pagamentos		- 50.628,68	- 46.134,46
Fluxos de caixas das atividades operacionais (1)		- 207.824,42	- 491.699,28

UM: EURO

Rubricas	Notas	2012	2011
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		- 46.510,27	- 39.895,95
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		3.100,00	
Juros e rendimentos similares		4.648,40	5.898,77
Fluxos de caixas das atividades de investimento (2)		- 38.761,87	- 33.997,18
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		380.000,00	532.500,00
Realização de fundos		0	0
Outras operações de financiamento		346.185,97	326.171,22
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		- 473.421,89	- 400.483,55
Juros e gastos similares		- 5.384,96	- 2.150,13
Fluxos de caixas das atividades de financiamento (3)		247.379,12	456.037,54
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		792,83	- 69.658,92
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		201.304,78	270.963,70
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	202.097,61	201.304,78

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Identificação da entidade:

Designação da entidade: Fundação Bienal de Arte de Cerveira

Sede: Av. Das Comunidades Portuguesas S/N

4920-275 Vila Nova de Cerveira

Natureza da atividade: CAE 94991 — Associações Culturais e Recreativas

1 — Nota introdutória

A Fundação Bienal de Arte de Cerveira (“Fundação Bienal de Cerveira” ou “Fundação”) é uma instituição de direito privado, dotada de personalidade jurídica, constituída por escritura pública em 18 de maio de 2009 e reconhecida pelo Despacho n.º 1543/2010 da Presidência do Conselho de Ministros em 7 de janeiro de 2010, conforme publicado na Parte C do *Diário da República*, 2.ª série — N.º 15 de 22 de janeiro de 2010, regendo-se pelos seus estatutos, e, no que lhes é omissivo, pela legislação portuguesa aplicável.

A Fundação, com sede social na Avenida das Comunidades Portuguesas em Vila Nova de Cerveira, tem como fins; perpetuar as raízes da Bienal de Cerveira, a organização das Bienais, a gestão e conservação do espólio das Bienais, promover a difusão das artes contemporâneas, promover a sua integração em redes nacionais e internacionais, estabelecer protocolos com estabelecimentos de ensino, promover o desenvolvimento do turismo cultural local e regional, preservar e promover o seu património móvel e imóvel e colaborar na elaboração de um plano estratégico sustentado, visando a criação de uma rede concelhia de equipamentos culturais.

A Fundação Bienal de Cerveira foi instituída pelos seguintes Fundadores, o Município de Vila Nova de Cerveira ao qual se associaram também a DST — Domingos da Silva Teixeira, SA, Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Noroeste, CRL, Universidade do Minho, Fundação Convento da Orada/Escola Superior Gallaecia, Coopetape — Cooperativa de Ensino, CRL/ETAP Vale do Minho, Projeto, Núcleo de Desenvolvimento Cultural, a Daniel Isidoro, Unipessoal, L.ª e os Artistas Henrique Silva e José Rodrigues.

O património inicial é constituído pelas dotações iniciais de capital do Município de Vila Nova de Cerveira, bem como dos restantes Fundadores.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Fundação, bem como a sua posição, desempenho financeiros e fluxos de caixa.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Sistema de Normalização Contabilística, incluindo apenas divulgações das NCRF-ESNL aplicáveis à Fundação.

2 — Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro das Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

No âmbito da adoção do novo Sistema de Normalização Contabilística, a Fundação aproveitou para desenvolver as suas Demonstrações Financeiras, com base no modelo aprovado, no sentido de as adequar à sua atividade, tornando-as assim mais facilmente interpretáveis e úteis para a tomada de decisão.

A alteração da adoção do referencial contabilístico SNC para o referencial SNC-ESNL, não acarretou alterações às demonstrações financeiras, com exceção dos bens do património histórico e cultural, que no SNC estavam englobados nos Ativos fixos tangíveis, e que na nova apresentação surgem individualizados dentro dos Ativos fixos tangíveis.

3 — Principais políticas contabilísticas

3.1 — Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Fundação, de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativo (SNC — ESNL).

3.2 — Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, quando aplicável.

Os Bens do património histórico e cultural, nomeadamente as Obras de Arte, foram objeto de especialização através de uma avaliação efetuada por uma entidade credenciada, encontram-se registados pelo justo valor.

Nos equipamentos de transporte está incluída uma viatura que foi doada à Fundação e está registada pelo justo valor.

A metodologia de depreciação utilizada foi a aplicação das taxas máximas previstas no Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de setembro.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado. A viatura doada está a ser depreciada de acordo com a vida útil esperada.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que ocorrem.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado através da diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia líquida de depreciações acumuladas e perdas de imparidade, escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

A Fundação tem registado no seu ativo Obras de Arte que, dada a sua natureza, têm um valor residual demasiado elevado e aproximado da quantia escriturada dos ativos. Estes bens não são portanto sujeitos a depreciação.

3.3 — Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos pela Fundação encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

A metodologia de amortização utilizada foi a aplicação das taxas máximas previstas no Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de setembro para os ativos fixos intangíveis.

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado.

3.4 — Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Fundação com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de “Perdas por imparidade”, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio.

Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de “Reversões de perdas por imparidade”. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

3.5 — Subsídios do governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando exista uma certeza razoável de que a Fundação irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Os outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos em que ocorrem os gastos que os originam.

Os subsídios concedidos pelo Governo, mais concretamente pelo CCDR-N (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte) à Fundação Bial de Cerveira destinam-se a apoiar os dois projetos aprovados em sede de candidatura, nomeadamente, “Bial de Cerveira 2011 — Redes” e “Incubadora de Indústrias da Bial de Cerveira” e apresentam-se na Demonstração de Resultados nas rubricas “Subsídios à exploração” e “Imputação de subsídios para investimento”, caso se tratem de gastos decorrentes desses projetos ou de aquisições de ativos fixos.

3.6 — Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Fundação se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 Instrumentos financeiros.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios: (i) ao custo ou custo amortizado e (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

(i) Ao custo ou custo amortizado

São mensurados “ao custo ou custo amortizado” os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; e

Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e

Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro (taxa de juro efetiva).

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

(a) Clientes e outras dívidas de terceiros

Os saldos de clientes e de outras dívidas de terceiros são registados ao custo deduzido de eventuais perdas por imparidade. O custo destes ativos financeiros corresponde ao seu valor nominal.

(b) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Estes ativos são mensurados ao custo. O custo corresponde ao seu valor nominal.

(c) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao custo. O custo destes passivos financeiros corresponde ao seu valor nominal.

(d) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo.

Eventuais despesas incorridas com a obtenção desses financiamentos, designadamente comissões bancárias, assim como os encargos com juros e despesas similares, são reconhecidas pelo método do juro efetivo em resultados do exercício ao longo do período de vida desses financiamentos. As referidas despesas incorridas, enquanto não estiverem reconhecidas, são apresentadas a deduzir à rubrica de “Financiamentos obtidos”.

3.7 — Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

A Fundação não tem qualquer registo de rédito proveniente de vendas, prestações de serviços, juros, *royalties* e dividendos resultantes do uso por terceiros de ativos da entidade.

3.8 — Principais fontes de incerteza associadas e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuadas estimativas e utilizados alguns pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas contabilísticas significativas refletidas nas Demonstrações Financeiras são:

- (a) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- (b) Férias e Subsídio de Férias do Pessoal;
- (c) Imputação a Rendimentos dos subsídios recebidos no âmbito dos Projetos, “Bienal de Cerveira 2011 — Redes” e “Incubadora de Indústrias de Cerveira”.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

3.9 — Imposto sobre o rendimento

De acordo com o Despacho n.º 1543/2010 da Presidência do Conselho de Ministros em 7 de janeiro de 2010, conforme publicado na Parte C do *Diário da República*, 2.ª série — n.º 15 de 22 de janeiro de 2010, foi reconhecida a Fundação Bienal de Arte de Cerveira. Pelo que a Fundação está isenta de IRC, de acordo com a alínea b) do n.º 1 do artigo 9 do CIRC.

3.10 — Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são devidos.

3.11 — Especialização de exercícios

A Fundação regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo que os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças

Rubrica	Saldo inicial	Adições	Alienações	Amortizações	Perdas por imparidade	Outras alterações	Saldo final
Programas de Computador.	3.093,94	9.527,11		4.266,78			8.354,27

7 — Ativos fixos tangíveis**7.1 — Divulgação sobre ativos fixos tangíveis**

(a) o critério de mensuração usado é o custo de aquisição para todos os ativos fixos tangíveis, à exceção dos Bens do património histórico e cultural que foram objeto de uma especialização através de uma avaliação por uma entidade credenciada e que estão mensurados ao justo valor e de duas viaturas que foram doadas à Fundação incluídas nos equipamentos de transporte, que estão também mensuradas ao justo valor.

(b) o método de depreciação usado é o de quotas constantes por duodécimos.

(c) as taxas de depreciação usadas são:

Rubrica	Taxa
Equipamento básico.	100 %
Equipamento transporte.	25 %
Equipamento administrativo.	33,33 %

As obras de arte incluídas nos Bens do património histórico e cultural não estão sujeitas a depreciação, por ter uma vida útil indefinida.

entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

4 — Fluxos de caixa

Os valores de caixa e seus equivalentes incluem, numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a seis meses), líquidos de outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2012 detalha-se conforme se segue:

Numerário	201,85
Depósitos Bancários.	201.895,76
<i>Total</i>	<u>202.097,61</u>

5 — Partes relacionadas

O Conselho de Administração é não remunerado.

No entanto, as remunerações atribuídas ao Administrador Delegado no exercício das suas funções em 2012 foram de 38.322,15 euros.

6 — Ativos intangíveis**6.1 — Programas de computador**

(a) a taxa de amortização usada é de 33,33 %.

(b) o método de amortização usado é o de quotas constantes por duodécimos.

(c) a quantia escriturada bruta e a amortização acumulada são:

Programa de computadores	01-01-2012	31-12-2012
Quantia escriturada bruta.	4.842,42	14.369,53
Amortização acumulada.	1.748,48	6.015,26

(d) o item gasto/reversão de depreciação e de amortização incluem amortização de ativos fixos intangíveis, nomeadamente programa de computadores no valor de 4.266,78 euros.

(e) reconciliação da quantia escriturada do começo e no fim do período:

Os equipamentos de transporte que foram doados à Fundação estão a ser depreciados de acordo com a vida útil esperada.

(d) a quantia escriturada bruta e a depreciação acumulada são:

Quantia escriturada bruta

Rubrica	01-01-2012	31-12-2012
Bens do património histórico e cultural	1.069.960,68	1.071.160,68
Equipamento básico.	515,36	515,36
Equipamento transporte.	33.141,45	31.141,45
Equipamento administrativo.	8.421,68	89.244,21

Depreciação acumulada

Rubrica	01-01-2012	31-12-2012
Bens do património histórico e cultural		
Equipamento básico.	515,36	515,36
Equipamento transporte.	2.700,80	10.694,39
Equipamento administrativo.	3.508,67	56.535,49

(e) reconciliação da quantia escriturada do começo e no fim do período:

Rubrica	Saldo inicial	Adições	Alienações	Depreciações	Perdas por imparidade	Reversões e outras alterações	Saldo final
Bens do património histórico e cultural	1.069.960,68	1.200,00					1.071.160,68
Equipamento básico	0						0
Equipamento transporte	30.440,65		2.000,00	7.993,59			20.447,06
Equipamento administrativo	4.913,01	80.822,53		53.026,82			32.708,72

8 — Inventários

A rubrica Inventários em 31 de dezembro de 2012 detalha-se como segue:

Quantias escrituradas de Inventários	2012		
	Quantias brutas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias líquidas escrituradas
Mercadorias	1.559,30	0	1.559,30
<i>Total</i>	1.559,30	0	1.559,30

9 — Ativos financeiros

Categorias de ativos financeiros

As categorias de ativos financeiros em 31 de dezembro de 2012 são detalhadas conforme se segue:

Ativos financeiros	2012			2011		
	Valor bruto	Perda por imparidade acumulada	Valor líquido	Valor bruto	Perda por imparidade acumulada	Valor líquido
Disponibilidades						
Caixa	201,85		201,85	702,64		702,64
Depósitos à ordem	1.895,76		1.895,76	602,14		602,14
Depósitos a prazo	200.000,00		200.000,00	200.000,00		200.000,00
<i>Total</i>	202.097,61		202.097,61	201.304,78		201.304,78

Clientes e outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2012 as contas a receber da Fundação apresentavam a seguinte composição:

	2012			2011		
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
Correntes						
Clientes	432,48		432,48	12.370,41		12.370,41
Outras contas a receber	217.607,57		217.607,57	234.273,53		234.273,53
<i>Total</i>	218.040,05		218.040,05	246.643,94		246.643,94

Em 2012, a rubrica Outras contas a receber inclui 561,46 € de juros a receber, 216.046,11 € de subsídios a receber e devedores diversos de 1.000,00 €.

10 — Diferimentos ativos

Em 31 de dezembro de 2012 as rubricas do ativo corrente “Diferimentos” apresentavam a seguinte composição:

	2012	2011
Seguros	1.030,01	940,53
Despesas bancárias	0	0
<i>Total</i>	1.030,01	940,53

11 — Fundos patrimoniais

Em 2012 as variações ocorridas nas rubricas de Fundos Patrimoniais, foram as seguintes:

Rubrica	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Fundos financeiros	260.000,00			260.000,00
Fundos — Bens do património histórico e cultural	1.055.950,90			1.055.950,90
Resultados Transitados	29.460,25	- 46.939,27		- 17.479,02
Outras Variações no património	13.104,87	63.244,75	40.105,52	36.244,10
Resultado líquido do exercício	- 46.939,27	81.412,99	- 46.939,27	81.412,99
<i>Total do património</i>	<i>1.311.576,75</i>	<i>97.718,47</i>	<i>- 6.833,75</i>	<i>1.416.128,97</i>

12 — Passivos financeiros**Fornecedores**

Em 31 de dezembro de 2012 a conta de Fornecedores apresentava a seguinte composição:

	2012	2011
Fornecedores	9.346,18	94.251,40
<i>Total</i>	<i>9.346,18</i>	<i>94.251,40</i>

Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2012 a rubrica Financiamentos obtidos apresentava a seguinte composição:

Passivo não corrente	Médio e longo prazo — Caixa Agrícola	Empréstimo a 48 meses	11.923,96
Passivo corrente	Curto prazo — Caixa Agrícola	Conta corrente caucionada	20.000,00
		Empréstimo a 48 meses	6.670,60
		<i>Total</i>	<i>38.594,56</i>

Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2012 a rubrica Outras contas a pagar apresentava a seguinte composição:

	2012	2011
Outras contas a pagar		
Fornecedores de investimento	48.672,97	4.833,60
Credores por acréscimos de gastos	40.489,45	12.319,62
<i>Total</i>	<i>89.162,42</i>	<i>17.153,22</i>

A rubrica de credores por acréscimos de gastos apresenta no período findo em 31 de dezembro de 2012 o seguinte detalhe:

	2012	2011
Credores por acréscimos de gastos		
Seguros a liquidar	234,6	0
Remunerações a liquidar	11.905,13	11.876,61
Outros acréscimos de gastos	28.349,72	443,01
<i>Total</i>	<i>40.489,45</i>	<i>12.319,62</i>

13 — Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2012 as rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

	2012		2011	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento	1.549,51		1.615,60	
Retenção de impostos s/rendimentos		1.241,00		3.671,32
Imposto s/ valor acrescentado (IVA)		353,7		165,69
Contribuições Segurança Social		2.120,38		1.998,09
<i>Total</i>	<i>1.549,51</i>	<i>3.715,08</i>	<i>1.615,60</i>	<i>5.835,10</i>

14 — Vendas e serviços prestados

Descrição	2012	2011
Vendas	508,78	5.654,79
Serviços prestados	6.807,28	44.440,80
<i>Total</i>	<i>7.316,06</i>	<i>50.095,59</i>

15 — Subsídios à exploração

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Fundação beneficiou dos seguintes subsídios:

Subsídio	2012		
	Valor total	Valor recebido	Valor por receber
Município de VN Cerveira	135.000,00	135.000,00	0
IFDR, IP (projeto Bial Redes — 70 %)	32.015,69	16.112,43	15.903,26
IFDR, IP (projeto Incubadora — 70 %)	93.319,04	30.287,96	63.031,08
Mecenato	5.192,89	5.192,89	0
Aumento da taxa cofinanciamento (Projeto Bial Redes — 70 % para 85 %)	101.425,99	0	101.425,99
<i>Total</i>	366.953,61	186.593,28	180.360,33

16 — Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas

Descrição	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Total
Inventários iniciais	1.919,79	0	1.919,79
Compras	65,65	0	65,65
Reclassificação e regularização de inventários	0	0	0
Inventários finais	1.559,30		1.559,30
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	426,14	0	426,14

17 — Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 é detalhada por centro de custo, conforme se segue:

Designação	Fundação Bial de Cerveira	2012					Total
		16.ª Bial de Cerveira	Incubadora Indústrias de Cerveira	Casa do Artista	Museu da Bial	17.ª Bial de Cerveira	
Trabalhos especializados	3.694,84	24.127,94	31.704,35		5.150,59	5.033,34	69.711,06
Publicidade		6.226,26	16.495,53				22.721,79
Honorários	1.968,00	15.067,50					17.035,50
Conservação e reparação	1.154,23			213,12			1.367,35
Serviços bancários	2.908,50	390,92					3.299,42
Ferramentas e utensílios	558,76			432,00			990,76
Material de escritório	513,13						513,13
Eletricidade	- 1.275,33						- 1.275,33
Combustíveis	4.345,41			177,10			4.522,51
Deslocações e estadas	572,25	53,45	343,04			15,10	983,84
Outros	1.370,83						1.370,83
Comunicação	808,74	1.003,90	3.513,61				5.326,25
Seguros	1.140,95	315,00	82,60				1.538,55
Contencioso e notariado	133,00						133,00
Despesas representação						56,80	56,80
Limpeza, hig. e conforto	265,10			396,26			661,36
Outros serviços	315,84		4,25				320,09
<i>Total</i>	18.474,25	47.184,97	52.143,38	1.218,48	5.150,59	5.105,24	129.276,91

18 — Gastos com o pessoal

A rubrica de “Gastos com o pessoal” no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 é detalhada conforme se segue:

	2012	2011
Remunerações do pessoal	115.950,51	124.680,17
Encargos sobre remunerações	17.213,93	18.556,62
Seguro Acidentes de Trabalho	940,6	1.530,81
Outros gastos com o pessoal	2.944,16	4.088,72
<i>Total</i>	137.049,20	148.856,32

Nos outros gastos com o pessoal estão incluídos os custos com a formação do pessoal no montante de 52,00 €.

A estrutura de pessoal da Fundação contava em 31 de dezembro de 2012 com 7 colaboradores.

19 — Outros rendimentos e ganhos

A decomposição da rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 é a seguinte:

	2012	2011
Descontos de pronto pagamento obtidos	5,1	96,81
Rendimentos e ganhos em investimentos	2.599,97	

	2012	2011
Imputação de subsídios para investimentos Outros não especificados	40.105,52	3.094,65 1.120,41
<i>Total</i>	42.710,59	4.311,87

20 — Outros gastos e perdas

A decomposição da rubrica de “Outros gastos e perdas” no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 é a seguinte:

	2012	2011
Impostos	1.010,37	604,24
Outros gastos	3.173,52	1.466,94
<i>Total</i>	4.183,89	2.071,18

21 — Depreciações/amortizações

A decomposição da rubrica de “Gastos/reversões de depreciação e de amortização” no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 é a seguinte:

	2012	2011
Ativos fixos tangíveis	62.520,38	6.023,11
Ativos intangíveis	4.266,78	1.613,98
<i>Total</i>	66.787,16	7.637,09

22 — Juros e rendimentos similares obtidos

Os juros e rendimentos similares reconhecidos no decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 são detalhados da seguinte forma:

Juros obtidos	2012	2011
Depósitos a Prazo	5.903,79	7.787,94
<i>Total</i>	5.903,79	7.787,94

23 — Juros e gastos similares suportados

Os juros e gastos similares suportados no decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 são detalhados da seguinte forma:

	2012	2011
Juros suportados em financiamentos obtidos Outros gastos e perdas de financiamento . . .	3.747,76	1.598,39 140,96
<i>Total</i>	3.747,76	1.739,35

24 — Divulgações exigidas por diplomas legais

Dívidas à Segurança Social e Autoridade Tributária

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012 não existem dívidas em mora à Segurança Social e à Autoridade Tributária.

O Técnico Oficial de Contas, *Carlos Alberto Limeres Bouça*. — O Presidente do Conselho de Administração, *José Manuel Vaz Carpinteira*. — Os Administradores: *Silvestre Bernardo Vieira da Luz Pestana* — *Avelino Meira do Poço*.

Relatório e parecer do conselho fiscal da Fundação Bial de Arte de Cerveira

1 — Introdução

Nos termos do artigo 27.º dos estatutos, e em cumprimento do mandato que nos foi conferido, compete-nos emitir e apresentar a V. Exas. o relatório anual da nossa ação fiscalizadora e o nosso Parecer sobre o

Relatório anual, o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações nos Fundos Patrimoniais, a Demonstração dos Fluxos de caixa e o Anexo, elaborados pelo Conselho de Administração, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

2 — Relatório

2.1 — No decorrer do exercício acompanhamos a gestão e demais atividades da Fundação e tomamos conhecimento dos factos mais relevantes, tendo-nos sido prestados todos os esclarecimentos que entendemos solicitar e que reputamos importantes para a nossa ação fiscalizadora.

2.2 — Procedemos igualmente à validações e controlos que pelos estatutos nos são cometidos, designadamente através dos trabalhos de verificação e análise efetuadas pelo Revisor Oficial de Contas, membro deste Conselho Fiscal.

2.3 — Apreciamos o Relatório anual, o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração dos fluxos de caixa, a Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e o Anexo, que estão elaborados com as disposições legais aplicáveis, refletindo a posição dos registos contabilísticos e apresentam a posição financeira da Fundação, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa.

2.4 — O Balanço reportado a 31 de dezembro de 2012, evidencia um total de 1.556.947 euros e um total de fundos patrimoniais de 1.416.129 euros, o qual inclui um resultado líquido positivo de 81.413 euros.

2.5 — Após a devida apreciação do Relatório anual e das demonstrações financeiras apresentadas, o Conselho Fiscal entende dever salientar o seguinte:

2.5.1 — Na sequência do previsto no Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, a Fundação adotou pela primeira vez o sistema de normalização contabilística para as Entidades do Setor não Lucrativo; esta transição não teve qualquer impacto nas demonstrações financeiras.

2.5.2 — O resultado líquido do exercício está influenciado em 101.426 €, pelo aumento da taxa de cofinanciamento de 70 % para 85 %, do Projeto Bial Redes.

2.6 — Procedemos à apreciação da Certificação Legal das Contas, emitida pelo Revisor Oficial de Contas, membro deste Conselho, a qual merece a nossa concordância.

2.7 — Gostaríamos de agradecer ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores a disponibilidade manifestada no apoio que nos prestaram no desempenho das nossas tarefas.

3 — Parecer

Face ao exposto, somos de parecer que o Relatório anual, O Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, a Demonstração dos fluxos de caixa e o Anexo, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, estão de acordo com as disposições legais e estatutárias aplicáveis, reunindo as condições para Aprovação pelo Conselho de Administração.

28 de março de 2013. — O Conselho Fiscal: *João Fernando Brito Nogueira* — *Ribeiro & Azevedo, SROC, L.ª*, representada por *José Luís Cardoso Ribeiro* (vogal ROC).

Certificação legal das contas

Introdução

1 — Examinamos as demonstrações financeiras da Fundação Bial de Arte de Cerveira, as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2012, (que evidencia um total de 1.556.947 euros e um total de fundos patrimoniais de 1.416.129 euros, incluindo um resultado líquido positivo de 81.413 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações nos fundos próprios e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2 — É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 — A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4 — O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão da Ordem dos Revisores Oficiais

de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação.

A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 — O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório anual com as demonstrações financeiras.

6 — Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7 — Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da Fundação Bial de Arte de Cerveira, em 31 de dezembro 2012, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o setor não lucrativo em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

8 — É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

28 de março de 2013. — Ribeiro & Azevedo, SROC, L.^{da}, representada por *José Luís Cardoso Ribeiro*, ROC n.º 660.

307015283



PARTE J1

MUNICÍPIO DE CELORICO DE BASTO

Aviso n.º 7948/2013

Nos termos e para os efeitos do n.º 2 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação atual, adaptada à administração local pela Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, faz-se público que, por deliberação da Câmara Municipal de Celorico de Basto, do dia 15 de abril de 2013, e da Assembleia Municipal de 30 de abril de 2013, se encontra aberto pelo prazo de 10 dias úteis a contar do 1.º dia da publicitação da vaga na bolsa de emprego público, o procedimento concursal para o provimento em regime de comissão de serviço, do cargo de direção intermédia de 2.º grau — Chefe de Divisão de Obras Municipais.

A indicação dos requisitos formais de provimento, do perfil exigido, da composição do júri, dos métodos de seleção e outras informações de interesse para apresentação da candidatura constará da publicitação na bolsa de emprego público (BEP).

4 de junho de 2013. — O Presidente da Câmara, *Dr. Joaquim Monteiro Mota Silva*.

307034634

MUNICÍPIO DE ODEMIRA

Aviso n.º 7949/2013

Procedimento concursal para cargo de direção intermédia de 2.º grau — chefe de divisão de Ambiente

Nos termos do disposto no artigo 20.º da Lei n.º 2/2004 de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011 de 22 de dezembro, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado, aplicada à Administração Local pela Lei n.º 49/2012 de 29 de agosto, torna-se público que sob proposta da Câmara Municipal, em reunião realizada a 18/04/2013 e subsequente aprovação em sessão da Assembleia Municipal de 30/04/2013, foi autorizada a abertura, pelo prazo de 10 dias úteis, após a publicação na Bolsa de Emprego Público (BEP), do procedimento de recrutamento para provimento do cargo de direção intermédia de 2.º grau — Chefe de Divisão de Ambiente.

A indicação dos requisitos formais de provimento, do perfil exigido, da composição do júri, dos métodos de seleção e outras informações

de interesse para apresentação da candidatura constará da publicitação na Bolsa de Emprego Público (BEP).

Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição da República, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

27 de maio de 2013. — O Vereador a tempo inteiro (despacho de delegação de competências n.º 679/2011 P, de 11 de fevereiro), *Ricardo Filipe Marreiros Cardoso*.

307008699

Aviso n.º 7950/2013

Procedimento concursal para cargo de direção intermédia de 2.º grau — Chefe de divisão de Recursos Humanos e Jurídica

Nos termos do disposto no artigo 20.º da Lei n.º 2/2004 de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011 de 22 de dezembro, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado, aplicada à Administração Local pela Lei n.º 49/2012 de 29 de agosto, torna-se público que sob proposta da Câmara Municipal, em reunião realizada a 18/04/2013 e subsequente aprovação em sessão da Assembleia Municipal de 30/04/2013, foi autorizada a abertura, pelo prazo de 10 dias úteis, após a publicação na Bolsa de Emprego Público (BEP), do procedimento de recrutamento para provimento do cargo de direção intermédia de 2.º grau — Chefe de Divisão de Recursos Humanos e Jurídica.

A indicação dos requisitos formais de provimento, do perfil exigido, da composição do júri, dos métodos de seleção e outras informações de interesse para apresentação da candidatura constará da publicitação na Bolsa de Emprego Público (BEP).

Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição da República, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

27 de maio de 2013. — O Vereador, a tempo inteiro (despacho de delegação de competências n.º 679/2011 P, de 11 de fevereiro), *Ricardo Filipe Marreiros Cardoso*.

307008658